

	<h1>Instrução de Trabalho - IT/SAS nº 31</h1>	<p>Coordenação</p> 	<p>Execução</p> 
---	---	--	---

Processo:

Avaliar pedidos de impugnação de Edital de Chamamento Público FIA e FEI

Versão	Data de Emissão	Macroprocesso (Governo de SC)	Macroprocesso (SAS)
01/2026	27/02/2026	Desenvolvimento Social	Direitos Humanos

1. OBJETIVO DO PROCESSO

Descrever as ações para avaliar pedidos de impugnação de Edital de Chamamento Público para repasse de recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e do Fundo Estadual do Idoso (FEI).

2. DIAGRAMA DO PROCESSO

Os Diagramas dos processos podem ser visualizados nos links:

[Diagrama: Avaliar pedidos de impugnação de Edital de Chamamento Público FIA e FEI](#)

3. RELAÇÃO DAS ATIVIDADES

Início: O fluxo se inicia após o recebimento de Parecer Fundamentado sobre pedido de impugnação de Edital de Chamamento Público FIA/FEI, elaborado pelo Conselho (CEDCA/CEI).

IT nº 31. Avaliar pedidos de impugnação de Edital de Chamamento Público FIA e FEI	
Setor	Atividade e Descrição
Gabinete	<ol style="list-style-type: none"> 1. Consultar fila de trabalho (SGPE) 2. Inserir Ofício solicitando análise jurídica do Parecer - assinado - (SGPE) 3. Encaminhar processo com Ofício solicitando análise jurídica (SGPE) - assinado

COJUR	<p>4. Analisar Parecer Fundamentado da Comissão</p> <p>5. Inserir Parecer Técnico sobre a nulidade do Edital (SGPE) - assinado</p>
Gabinete	<p>6. Analisar Pareceres sobre nulidade do Edital</p> <p>7. Deliberar sobre a nulidade do Edital</p> <p>8. Elaborar Notificação de Julgamento de Pedido de Impugnação de Edital</p> <p>9. Encaminhar Notificação para publicação no DOE</p> <p>10. Inserir a publicação da Notificação (no SGPE)</p> <p>11. Elaborar Ofício fundamentado com decisão final</p> <p>12. Inserir Ofício no processo (SGPE) - assinado</p> <p>13. Enviar processo para o Conselho comunicando a decisão</p> <p>14. Encaminhar Notificação para publicação no site da SAS, pelo o e-mail: ✉ site@sas.sc.gov.br</p> <p><u>Observação:</u> havendo dúvida jurídica o processo poderá ser encaminhado para consulta da PGE</p>
Secretaria Executiva do Conselho (CEDCA/CEI)	<p>13.A Encaminhar as informações sobre decisão para o Conselho para demais trâmites</p>
GETIN	<p>14.A Publicar Notificação no site da SAS</p> <p>14.B Enviar confirmação de publicação, via e-mail, ao Gabinete</p>

Fim: pedidos de impugnação avaliados

4. INFORMAÇÕES DO PROCESSO

4.1 Informações Complementares

4.2 Características do Processo

4.2.1 Tipo de Processo:

Processo Gerencial Processo Finalístico Processo Suporte

4.2.2 Tipo de Tramitação:

Setorial Intersetorial Intragovernamental Interinstitucional

4.3 Responsável

Cargo	Setor	Telefone	E-mail
Diretora	DIDH - Diretoria de Direitos Humanos	3664-0614	direitoshumanos@sas.sc.gov.br

4.4 Interessados (Destinatário - Cliente)

Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual do Idoso, Entidades Governamentais, Entidades Não Governamentais, Governo do Estado de Santa Catarina, Órgãos de Controle Interno e Externo.

4.5 Atores Envolvidos

Secretária Executiva do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretária Executiva do Conselho Estadual do Idoso, Gabinete, Consultoria Jurídica, Gerência de Tecnologia da Informação.

4.6 Recursos tecnológicos (sistemas e integrações)

Sistema	Disponível em:
Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPE	SGPE

4.7 Parâmetros SGPe

4.8 Legislação, normativas e outras referências

Leis, Normativas e Referências	Disponível em:
4. Lei nº 13.019/14 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil	Lei nº 13.019/14
5. Lei nº 13.204 - Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014	Lei nº 13.204/15
6. Decreto nº 127/11 - Estabelece normas relativas à transferência de recursos financeiros do Estado mediante convênio ou instrumento congênere e estabelece outras providências.	Decreto nº 127/11
7. Decreto nº 1196/17 - Regulamenta a Lei federal nº <u>13.019</u> , de 2014	Decreto nº 1196/17
8. Lei nº 12.536/02 - Dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/SC) e estabelece outras providências	Lei nº 12.536/02
9. Lei nº 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências	Lei nº 8.069/90
10. Lei nº 18.398/02 - Dispõe sobre o Conselho Estadual do Idoso (CEI/SC) e estabelece outras providências	Lei nº 18398/02
11. Lei nº 17.355/17 - Institui o Fundo Estadual do Idoso (FEI-SC) e estabelece outras providências	Lei nº 17.355/17

4.9 Indicadores de performance

Indicador	Métrica	Periodicidade de Análise

4.10 Definições

5. PRIVACIDADE DE DADOS

5.1 Existem Dados Pessoais no Processo?

Sim Não

Observação: Considerando a natureza do processo, podem constar dados pessoais relacionados aos responsáveis pelos pedidos de impugnação, bem como dados de identificação funcional de servidores e autoridades envolvidas na análise e decisão, tais como nome, cargo e assinatura (Fonte: DPO/SAS - 2026)

5.2 Existem exceções de aplicação da LGPD para o processo?

Processo relacionado com:	Seleção
a) Segurança Pública	<input type="checkbox"/>
b) Defesa Nacional	<input type="checkbox"/>
c) Segurança do Estado	<input type="checkbox"/>
d) Atividades de Investigação e Repressão de Infrações Penais	<input type="checkbox"/>

Fonte: LGPD

5.3 Dados Pessoais são sensíveis?

Sim Não

Observação: Os dados eventualmente tratados referem-se à identificação de interessados e agentes públicos, não caracterizando dados pessoais sensíveis conforme art. 5º, II da LGPD (Fonte: DPO/SAS - 2026).

5.4 Os dados Sensíveis estão relacionados:

Tipo de Relação	Seleção
Origem racial ou étnica.	<input type="checkbox"/>
Convicção religiosa.	<input type="checkbox"/>
Opinião política.	<input type="checkbox"/>
Filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso.	<input type="checkbox"/>
Filosófico ou político	<input type="checkbox"/>
Saúde ou à vida sexual	<input type="checkbox"/>
Genéticos ou biométricos	<input type="checkbox"/>

Fonte: LGPD

Observação: Não foram identificados dados pessoais sensíveis no fluxo do processo analisado (Fonte: DPO/SAS - 2026).

5.5 Qual base legal está relacionada com a utilização dos dados?

Base Legal LGPD	Seleção
Consentimento	<input type="checkbox"/>
Cumprimento de obrigação legal ou regulatória	<input checked="" type="checkbox"/>
Execução de políticas públicas	<input checked="" type="checkbox"/>
Realização de estudos por órgão de pesquisa	<input type="checkbox"/>
Execução ou criação de contrato	<input type="checkbox"/>
Exercício regular de direitos	<input checked="" type="checkbox"/>
Proteção da vida	<input type="checkbox"/>
Tutela da saúde	<input type="checkbox"/>
Legítimo interesse	<input type="checkbox"/>
Proteção do crédito	<input type="checkbox"/>

Fonte: LGPD

Observação: O tratamento de dados pessoais ocorre no contexto da análise de impugnação de edital, envolvendo a execução de políticas públicas, o cumprimento de obrigações legais e o exercício regular de direitos em processo administrativo (Fonte: DPO/SAS - 2026).

5.6 Quais são os Dados Pessoais:

Dados Pessoais	Dados Sensíveis
Nome do responsável pelo pedido de impugnação (quando identificado)	Não foram identificados dados pessoais sensíveis
Nome de servidores e autoridades envolvidas na análise e decisão	
Cargo ou função pública associada	
Assinatura em documentos administrativos (pareceres, ofícios e notificações)	

Fonte: Elaborado pelo Especialista.

Fonte: DPO/SAS - 2026

5.7 Dados são anonimizados no processo?

Sim Não

Observação: Os documentos possuem natureza administrativa e decisória, sendo necessária a identificação das partes envolvidas e das autoridades responsáveis, não havendo anonimização dos dados (Fonte: DPO/SAS - 2026).

6. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

6.1 Os documentos do processo são produzidos no Setor ou recebidos/custodiados no setor?

Produzido no Setor Existe documento enviado (fonte externa)

6.2 Relação dos documentos produzidos (anexados) para processo:

Tipo documental no SGPe	Código Plano de Classificação	Nome do Documento	Descrição do Documento
	Em elaboração		

Fonte: Elaborado pelo Especialista.

6.3 Os documentos são inseridos em ordem no processo (seguindo padronização)?

Sim Não

7. ANÁLISE DA CLASSIFICAÇÃO E DA TEMPORALIDADE DOS DOCUMENTOS

7.1 Existe plano de classificação e tabela de temporalidade para os documentos no órgão?

Sim Não

7.2 Todos os documentos no processo estão no plano de classificação e na tabela de temporalidade?

Sim Não

7.3 Relação de documento e a temporalidade corrente, intermediário, destinação:

Tipo documental no SGPe	Código Plano de Classificação	Nome do Documento	Temporalidade		
			Corrente	Intermediário	Destinação (eliminação ou guarda permanente)
	Em elaboração				
Total			Temporalidade total do processo:		

Fonte: Elaborado pelo Especialista.

8. HISTÓRICO DE REVISÕES

<i>Versão nº</i>	<i>Responsável pela elaboração da IT</i>	<i>Data</i>	<i>Síntese da Revisão</i>
01/2026	Fabiani Cabral Lima	09/04/2026	Primeira versão do processo: Avaliar pedidos de impugnação de Edital de Chamamento Público FIA e FEI



Assinaturas do documento



Código para verificação: **R82S83NE**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **SABRINA MORES** (CPF: 039.XXX.709-XX) em 11/06/2026 às 18:44:51
Emitido por: "SGP-e", emitido em 29/10/2020 - 13:39:26 e válido até 29/10/2120 - 13:39:26.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0FTXzM3NTc2XzAwMDAwMzgwXzM4MF8yMDI2X1I4MIM4M05F> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SAS 00000380/2026** e o código **R82S83NE** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.